



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

BA
A
ds

ATA NÚMERO NOVE

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA
REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.**-----

----- Ao trigésimo dia do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas dez horas, na Sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua sessão extraordinária, convocada pelo seu Presidente, António Gonçalves Bragança Fernandes, em edital datado de vinte e sete de junho com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

1. Período da Ordem do Dia:-----

1.1. Alteração da Estrutura Orgânica do município da Maia – aprovação do ponto a) da proposta.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Deu ainda nota dos pedidos de substituição da Senhora Deputada da Coligação “Um Novo Começo”, Carla Susana Ferreira Dias, que foi substituída pela Senhora Maria João Escobar; da Senhora Deputada da Coligação “Um Novo Começo”, Lúcia de Jesus Leonor Correia Leitão que foi substituída pela Senhora Flávia Caseira e da Senhora Deputada Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia, da Coligação “Maia em Primeiro” que foi substituída pela Senhora Raquel Freitas. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **um a três**. Verificadas as presenças, constatou-se a presença de todos os Deputados convocados.-----

1. Período da Ordem do Dia:-----

1.1. Alteração da Estrutura Orgânica do município da Maia – aprovação do ponto a) da proposta:-----

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados:-----

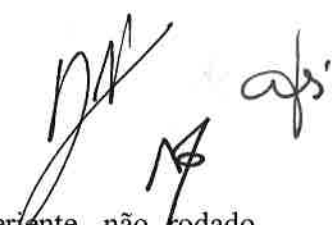
Rui Leandro Alves da Costa Maia, após cumprimentar todos os presentes, salientou que esta sessão tinha sido convocada à rebelia do Regimento da Assembleia Municipal, o que lamentava, não se percebendo, e a sua questão ia para o Senhor Presidente da Câmara 9

Municipal, a urgência desta sessão e porque era que ela não tinha sido considerada antecipadamente, uma vez que julgava que a matéria em apreciação não carecia desta urgência, o que era particularmente de reflectir, de pensar porque numa semana tinha-se, até mesmo em termos de gastos para esta Assembleia e para o Município, três reuniões. Portanto, pedia esta explicação na esperança que o Senhor Presidente a desse, porque das outras que tinha pedido, nunca obtive as respectivas explicações.-----

Maria Clara Costa Lemos, após cumprimentar todos os presentes, pediu o seguinte esclarecimento: qual era o impacto desta alteração no orçamento das contas de dois mil e dezoito.-----

Manuel Joaquim Meireles, após cumprimentar todos os presentes, e fazendo dele as palavras já proferidas, salientou que era penoso a urgência com que era convocada esta sessão, atendendo ao ponto em questão. Questionou se tinha sido entendido que a estrutura anterior à Troika era demasiada exagerada e onerosa para fazer face às necessidades e competências da Instituição, não se compreendia que esta proposta levasse a estrutura para a mesma dimensão que tinha antes da Troika, uma vez que não tinham sido alteradas as competências de forma relevante. Relembrou que a estrutura reduziu a metade e agora o Senhor Presidente da Câmara queria o dobro, mais de quarenta corpos dirigentes. Entendia a Coligação “Um Novo Começo” que era um exagero.-----

Manuel Alfredo da Rocha Maia, após cumprimentar todos os presentes, usou a palavra para tecer algumas considerações sobre a proposta apresentada com manifesto exagero de pressa e até de pressão sobre o prazo para abertura de procedimentos de concursos e com justificações discutíveis. Salientou que a Câmara Municipal teve tempo suficiente para preparar em tempo útil uma proposta, por muito complexa que fosse a matéria, reconhecendo que fosse, e trazê-la atempadamente à Assembleia Municipal, porque de facto, a situação concreta da estrutura face aos constrangimentos anteriormente impostos e aqui já referidos e as possibilidades abertas pela nova correlação de forças e pelas alterações legislativas eram sobejamente conhecidas pelo Executivo e especialmente por esta Maioria que estava há largos anos à




frente da gestão autárquica. Se fosse um executivo novo, não experiente, não rodado, certamente teriam um pouco mais de tolerância em termos do tempo necessário para a preparação de uma nova estrutura. Em todo o caso, teceu algumas considerações sobre a organização proposta, desde logo ao nível dos departamentos propostos. No caso do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude não se compreendia como uma área de importância vital como era a juventude ficasse reduzida a um gabinete na dependência da Divisão do Fomento Desportivo, sendo que a pergunta era se não se justificaria uma divisão própria, ou pelo menos um gabinete diretamente dependente do Departamento, como acontecia com o gabinete da saúde. Encontraram também uma incongruência conceptual relativamente à inserção orgânica da Divisão de Energia e Mobilidade, que na proposta surgia no Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade, e ao ler-se atentamente o descritivo desta Divisão de Energia e Mobilidade resultava que seria aconselhável, até do ponto de vista da visão estratégica e da intervenção do Município, a deslocação desta Divisão para o Departamento de Sustentabilidade Territorial, assumindo um papel de charneira na ação estratégica do Município no território, na intervenção no território, na decisão de políticas públicas de grande amplitude e impacto na vida das pessoas. Uma outra apreciação tinha a ver com a colocação do turismo no Departamento de Educação, Ciência e Cultura, numa articulação de resto herdeira de uma visão do passado e que acontecia na estrutura que iria ser alterada, isto na perspectiva de dever valorizar o turismo nas suas múltiplas vertentes e, sobretudo, como uma atividade realmente de grande importância económica. Nesse sentido, uma política municipal de valorização do turismo, aconselharia à criação de uma divisão específica com competências muito mais densificadas do que aquelas que estavam previstas para a “Unidade de Turismo”, propondo do ponto de vista de orgânica uma real promoção de unidade a divisão. Em relação às unidades orgânicas autónomas (anexo VIII), o descritivo do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação era vago e com generalidades superficiais, e em grande medida, este núcleo tinha competências próximas das atribuídas ao Gabinete de Apoio ao Investimento e Relações

Internacionais, pelo que não seria descabida uma fusão. De resto, estavam a falar de unidades que estavam na dependência direta do Presidente da Câmara Municipal portanto, uma alteração deste sentido não causaria nenhuma espécie de entropia, uma vez que do ponto de vista orgânico, ela já estaria estabelecida. Apresentou, de seguida, três notas finais consideradas muito importantes: relativamente ao regulamento da estrutura orgânica do Município da Maia lia-se no número um do artigo décimo que “O Presidente da Câmara Municipal era coadjuvado no exercício das suas funções por Vereadores e apoiado por um gabinete próprio....., ora e salvo melhor opinião, esta formulação contrariava frontalmente a configuração constitucional deste órgão, realçando o que estava estabelecido no artigo duzentos e cinquenta e dois da Constituição: “A Câmara municipal era o órgão executivo colegial do Município”. Relativamente ao estatuto remuneratório destas funções de chefia, consideravam que era pelo menos discutível que para níveis de responsabilidade idênticos, no caso de equipas multidisciplinares e de equipas de projetos, se previa a opção, não sabendo se discricionária, entre o segundo e terceiro graus de dirigente intermédio, solicitando esclarecimento sobre se não devia ser estabelecido um único escalão para cada uma das funções, obedecendo ao princípio para trabalho igual, salário e responsabilidade igual. Finalmente, colocou a questão sobre a audição e consulta dos trabalhadores, através das suas estruturas representativas, especialmente sobre os descritivos funcionais e competências que para todos os efeitos passariam a integrar a regulamentação da sua relação de trabalho, questionando se tinham ou não sido consultados, deveriam ter sido, ainda iriam ser.-----

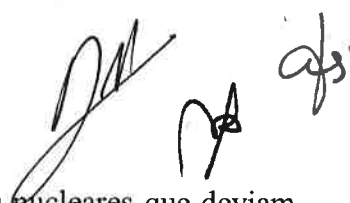
Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **quatro**. Deu ainda nota que juntamente com a documentação distribuída, estava uma nota explicativa do Chefe de Divisão dos Recursos Humanos que, no segundo ponto, frisava estudos de impacto financeiro, salientando que estava à espera de mais, que não existiam, sendo apenas um mero exercício de escrita. Quem geria podia perfeitamente fazer um exercício de cálculo num determinado intervalo de

valores, bastando definir pontos de partida, sendo usual fazer-se um cenário pessimista, um cenário optimista e até um cenário intermédio.-----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, após cumprimentar todos os presentes, deu nota que tinha sido com particular atenção que os líderes parlamentares, unanimemente e cumprindo integralmente o Regimento e a Lei, convocaram esta Assembleia Municipal extraordinária. Teve a ocasião de, aquando da receção deste ponto por parte da Câmara Municipal, ter questionado em sede de reunião de líderes, muito daquilo que foi dito, nomeadamente no que se referia à urgência da aprovação ou não deste novo organigrama do Município. Considerava que era unânime entre todas as forças políticas que a Câmara Municipal tinha andado menos bem ao submeter à aprovação do órgão executivo este documento com a antecedência que todos evidenciaram na proposta. Daí a algum Senhor Deputado dizer que esta Assembleia era convocada à rebelia do Regimento e da Lei, era não só um desrespeito para com o líder da bancada a qual pertencia, como também para com todos os outros Senhores Deputados e para com a Mesa. Em relação ao documento em apreço, afirmou que a Coligação “Maia em Primeiro” iria aprovar, não porque tinha particular orgulho neste documento, porque não o tinha, constatando que o organigrama do Município era submetido como um documento exclusivamente técnico e despido de todo e qualquer considerando político. Considerava que aos políticos o que era dos políticos e aos técnicos o que era dos técnicos. Deu nota que era do entendimento de que uma mudança na estrutura orgânica do Município se fosse bem feita, podia servir para alicerçar a mudança de um paradigma de gestão autárquico, que tinha sido aquilo que a Coligação “Maia em Primeiro” se tinha comprometido com os maiatos. Este documento estava isento de declarações políticas, o que devia ser óptimo para a Oposição que, normalmente, condenava os documentos do Município quando diziam que pretendiam continuar a ser os melhores nesta área ou queremos ser melhores ainda numa outra, às vezes aqui estrebuchavam e consideravam propaganda eleitoral, demagogia ou aquilo que entendiam. A verdade era que seria mais confortável para todos no âmbito das responsabilidades saber porque a Câmara Municipal optava pela criação




do departamento A em detrimento do departamento B ou C. Sobre esta matéria não havia em nenhum documento nenhuma explicação. Acrescentou que tinha lido todo o documento e até uma nota explicativa adicional, onde constatou a existência de uma grande despesa de tempo e de espaço a explicar aos Senhores Deputados Municipais o que não era a competência deles. Por muito respeito que tivesse pelos Técnicos do Município não precisava que nenhum deles lhe explicasse quais eram as suas competências. Da mesma forma que também não vinha em nenhuma circunstância explicar aos Técnicos do Município quais eram as deles. Considerava que a estrutura orgânica que a Coligação “Maia em Primeiro” iria aprovar, iria ser muito melhor que o documento que consubstanciava a sua criação. Sabia isto não porque nesta proposta houvesse grandes luzes sobre esta matéria, mas porque conhecia razoavelmente bem a orgânica do Município e que o Senhor Presidente da Câmara era um conhecedor profundo da atividade do Município, e permitia que esta nova orgânica fosse submetida numa proposta um tanto ao quanto sistemática e despida de componente política, porque tinha na sua mente, com grande precisão, o que era cada uma das coisas e o que devia ser. Tinha sido precisamente por isto que tinha sugerido o agendamento desta sessão com um ponto único e com a presença do Senhor Presidente da Câmara. A supressão das faltas de explicação detectadas a quando do recebimento do documento, seriam supridas aqui, tendo o Senhor Presidente da Câmara a disponibilidade de lhes elucidar sobre as dúvidas que, eventualmente, cada um dos presentes tivesse sobre cada um dos aspetos que constavam deste organigrama e que eram da competência do órgão deliberativo. Apesar de ter lido toda a proposta, inclusive as matérias que não eram da competência da Assembleia Municipal, e apesar de concordar provavelmente com aquilo que tinha percebido que tinham sido as declarações do Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia a propósito de algumas unidades orgânicas, ter percebido e concordar, apesar de ter sublinhado e solicitado em sede de reunião de líderes a necessidade de haver um estudo de impacto financeiro de toda esta matéria, como referido pelo Senhor Deputado do BE, considerava que a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal nesta sessão, considerando que tinha ouvido poucas dúvidas sobre as reais



competências da Assembleia Municipal e que da análise das unidades nucleares que deviam aprovar não tinham surgido grandes dúvidas. Era mais ou menos unânime que estas unidades orgânicas nucleares consubstanciadas em departamentos quadravam mais ou menos com atividades e eixos estratégicos do Município. Era óbvio que aquando da redução do organigrama do Município por imposição da Troika, que na altura o país era governado pela Coligação PSD/CDS, partidos com os quais se identificava, quando essa redução aqui tinha sido feita, foi um dos que tinha referido que era um erro grave do Governo de então e que isso iria criar enormes entropias aos serviços. Via com alguma satisfação esta possibilidade que o Governo dava às Autarquias equilibradas do ponto de vista financeiro de voltar a criar uma organização decidida com alguma margem de liberdade, se calhar com toda a margem de liberdade, pelos eleitos pelas populações dessas mesmas Autarquias. Tinha sido na área de gestão de recursos humanos do Município e era hoje o recuperar da Troika. Curiosamente até lhe tinha parecido que já tinha ouvido um Deputado da oposição a dizer bem da Troika, constituindo uma originalidade. Mas a Maioria não pensava isso apesar de ter sido o Governo PSD/CDS que tinha reduzido os cargos dirigentes, considerando que tinha sido uma má medida que tinha prejudicado a eficácia e eficiência dos serviços. Este novo organigrama iria provavelmente recuperar alguma dessa eficácia e eficiência. Colocou, des seguida, duas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: o Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude era, como também já aqui tinha sido referido, um mega departamento, dando nota que era do tempo em que o desporto do Município tinha um Diretor de Departamento, à semelhança de vários outros pelouros ou políticas estruturais. Na nota explicativa, o técnico do Município que a fez, tinha escrito com muita verdade e muita pertinência, que a existência de departamentos multisectoriais, abrangendo áreas como o desporto, a educação, a acção social tornava praticamente impossível encontrar um diretor de departamento com a capacidade técnica para saber tudo de tantas áreas. Não considerava o Senhor Presidente da Câmara Municipal que este Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude estando neste departamento, e já não sendo da competência da

Assembleia Municipal, a divisão da acção social, divisão esta complexa não só pelo objeto mas também pela multidisciplinidade que acarretava e as divisões de desporto, infraestruturas e iniciativas não estavam a cair rigorosamente naquilo que o Chefe de Divisão de Recursos Humanos dizia. Uma outra questão dizia respeito ao número de unidades flexíveis que era composta por um número máximo de vinte e duas unidades orgânicas de segundo grau e um máximo de quinze unidades de terceiro grau. Pretendia a Câmara que a Assembleia Municipal autorizasse também a possibilidade de criação até oito subunidades orgânicas. Pretendia ainda que se autorizasse até cinco equipas multidisciplinares chefiadas por chefes de equipas e ainda criar ou poder criar até seis equipas de projeto chefiadas por coordenadores de projetos. Analisando todos estes documentos, estes números não encontravam nenhuma justificação. Olhando para os números per si, não os considerava nem exagerados nem curtos. A pergunta que colocava era o porquê de seis equipas de projeto e não dez ou quatro, o porquê de cinco equipas multidisciplinares e não dez. Conseguia perceber nas unidades de grau dois, olhando para o mapa, para o esquema do organigrama, mas nestas não conseguia e achava que o Senhor Presidente da Câmara que tinha feito o documento em apreço, poderia explicar muito bem.-----

Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, após cumprimentar todos os presentes, usou a palavra para dar nota que importava aqui referir e no seguimento da última intervenção, de que na reunião de líderes tinha sido acordada efetivamente a marcação desta Assembleia. Tinha sido assim acordado mas isso não invalidava o facto do documento completamente de difícil análise, o porquê, não tinha fundamentação, documentos entregues só depois de em sede de reunião de líderes, todos os líderes terem afirmado que não estava bem documentada a informação para se realizar a assembleia. Importava também referir que a Lei cento e catorze de dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro, aprovada pelo Partido Socialista com o apoio do BE e da CDU, na Assembleia da República, vulgo Orçamento de Estado para dois mil e dezoito, que entrou em vigor no dia um de janeiro, foi quem proporcionou efetivamente a possibilidade de hoje estar-se aqui a discutir, ou seja o PSD tinha cortado e o PS com o



apoio do BE e da CDU permitiu que a Câmara Municipal estivesse neste momento a fazer uma alteração à estrutura. Desde um de janeiro de dois mil e dezoito que o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia ter promovido este estudo. O que tinha sido feito foi reunião de Câmara extraordinária a vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito. Salientou que estava a prestar um esclarecimento no sentido de esclarecer o que tinha acontecido na reunião de líderes, onde foi necessário chamar o Senhor Presidente da Câmara Municipal para tentar convencer os líderes, e convenceu, e por isso era que estavam ali, porque a documentação estava incompleta. Realçou que a reunião de Câmara foi a vinte e cinco de junho, reunião de líderes a vinte e seis e sessão extraordinária para aprovação do ponto em trinta de junho. O Senhor Presidente da Câmara tinha demorado meio ano e a Assembleia num dia, dois dias tinham conseguido a favor, contra mas de uma forma fundamentada e bem estruturada. O Senhor Presidente da Câmara Municipal deveria ter uma visão muito diferente de como funcionava os órgãos e não se podia chegar aqui e dizer que era assim e decidir como a Maioria queria.-----


Rui Leandro Alves da Costa Maia pediu a palavra para fazer a defesa da honra salientando que no estipulado no ponto número dois do artigo trigésimo do Regimento, as convocatórias eram feitas com cinco dias de antecedência, realçando que não estavam aqui a fazer demagogia, estando a falar do que era facto. Portanto, não valia a pena vir aqui dizer porque aqui não se faziam factos, aqui falava-se com verdade ou então fazia-se demagogia. -----

Manuel Alfredo da Rocha Maia usou a palavra para dar nota de uma pequena precisão em relação a uma afirmação que foi feita pelo Senhor Deputado Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, líder da bancada da Coligação “Um Novo Começo”, que afirmou que tiveram que chamar o Senhor Presidente da Câmara, mas tal não era inteiramente correto. Aliás o próprio até se tinha oposto a essa figura que lhe parecia abstruso que o Senhor Presidente da Câmara seja chamado à reunião da Mesa e de Líderes. Tinha sido um incidente graças às boas relações entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que encontraram forma de agilizar a informação. Salientou que tinha sido uma reunião de líderes

riquíssima com intervenções de todas as forças políticas, contando também com a presença do Diretor dos Recursos Humanos, um assessor do Senhor Presidente, onde foram prestados todos os esclarecimentos. O Senhor Presidente da Câmara tinha tido a amabilidade de deslocar-se, e a seu ver tal não deveria ter acontecido, entendendo que era um órgão com independência em relação à Câmara. Salientou que tinha prestado este esclarecimento de forma a não ficar a ideia que lhe parecia errada que tinha havido uma imposição aliás ilegítima ao Presidente da Câmara.-----

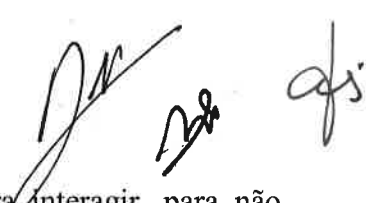
Paulo Sérgio Fernandes da Rocha deu nota que entendia que podia ser entendido dessa forma ter chamado o Senhor Presidente da Câmara, mas tinha sido esse o sentido que quis dar à sua informação. No entanto, era uma recomendação para o Senhor Presidente da Câmara, para que na próxima vez que enviasse algum documento à Assembleia Municipal, o mesmo viesse devidamente fundamentado, com todos os documentos necessários, solicitando que tal não voltasse a repetir e se fosse a reunião de líderes não chegava-se a consenso e o assunto não viria à Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, após cumprimentar todos os presentes, pediu desculpa à Assembleia e à Mesa pelo transtorno criado com este assunto. A verdade era que este assunto tinha sido acelerado porque havia um conjunto de dirigentes que terminavam as suas comissões de serviço agora, no final do mês de junho, tendo já alguns terminado no final do mês de maio e até já no final do mês de março. Essa realidade fez com que a Câmara Municipal, ele próprio e a Senhora Vereadora dos Recursos Humanos, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho, tivessem que preparar um conjunto de despachos no sentido de substituir esses dirigentes provisoriamente, até haver concursos públicos externos e internos para todos os cargos dirigentes desta Câmara Municipal. Isto era algo de inovador tanto julgava saber, já que estava aqui há muitos anos, e essa realidade nunca tinha sido experimentada. Não era que estivesse mal, mas era algo que nunca tinha sido experimentado, sendo uma realidade nova. Abrir essa oportunidade a quem quisesse concorrer interiormente e exteriormente à Câmara Municipal. Essa realidade iria acontecer e a Câmara



Municipal queria abrir os procedimentos concursais de uma vez só. Não queria abrir agora porque havia um prazo para o fazer, a partir do momento em que cessava a comissão de serviço e era nomeado provisoriamente o dirigente, definido por lei, portanto a Câmara não queria estar a abrir um procedimento público e depois passado um mês ou dois, aprovar uma nova macroestrutura, a qual faria cair automaticamente esses concursos. Seria uma perda de tempo, uma criação de expectativa, um engano que fariam a múltiplas entidades ou pessoas e não queriam fazer isso. Para além do custo que isso também acarretava porque a publicação, para além da logística, desses avisos no Diário da República custavam bastante dinheiro e seria um dispêndio desnecessário porque teria que se voltar a publicar no Diário da República esses concursos com a nova macroestrutura. Essa data limite e os Serviços, concretamente o Senhor Chefe de Divisão dos Recursos Humanos, Dr. Belo Faustino, deu-lhes conta e aceleraram o processo de aprovação quer em Câmara quer em Assembleia Municipal. Deu nota que teve oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre o assunto, e lhe foi transmitido que iria haver sessão no dia vinte e cinco, e que estava pensado pela Comissão de Líderes fazer um desdobramento dessa reunião, ou seja fazer duas reuniões, e que estava apontada para o dia dois de julho, essa segunda reunião da Assembleia Municipal, uma vez que os pontos que estavam pedidos para agendar eram bastantes, e alguns complexos, o que faria com que houvesse duas reuniões. Pediu então se nessa segunda reunião, podia juntar este novo ponto da macroestrutura. Assim, julgava saber que a convocatória dessa segunda reunião onde este ponto iria, tinha percebido que os prazos estavam a ser cumpridos. Depois, não tinha sido esse o entendimento nessa reunião de líderes para a qual foi convidado pelo Senhor Presidente da Assembleia, convite ao qual acedeu. Nessa reunião de líderes, ficou acordado o que estava agora a acontecer e que este ponto não iria para a reunião do dia vinte e oito, quinta-feira, e passava para o dia de hoje, dando mais tempo e espaço para análise e também a Assembleia gostaria de dispor deste organigrama funcional e também do regulamento, sobre o qual não tinha que se pronunciar de acordo com a Lei, tal como foi dito pelo Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva.

Pedi mais uma vez desculpa à Assembleia pela pressão provocada e iria fazer tudo para que, em momentos futuros, esta pressão não tornasse a acontecer. Quanto às questões colocadas, deu nota que gostaria de começar por dizer que esta e qualquer macroestrutura não era um produto acabado, pedindo para verem se daqui a alguns meses, se houver transferência de competências, esta macroestrutura teria que ser revista. Não iriam fazer deste assunto um caso ou um dogma porque seria perda de tempo. Iriam sim ajustar a realidade a que se assistia, realidade essa objetiva àquilo que os suportava. O que aconteceu foi que com a Troika tinha havido necessidade no país todo de fazer-se um constrangimento a este nível, uns considerando excessivo e outros não, mas já tinha passado. Agora era necessário distender um bocado e era isso que esta nova macroestrutura pretendia fazer. Pretendia distender aquilo que era necessário fazer, sem exuberâncias, por exemplo, esta Câmara nunca tinha tido um Diretor Municipal em plena função, dando nota que a Câmara de Matosinhos tinha cinco Diretores Municipais e a Senhora Presidente da Câmara transmitiu-lhe há dias, que até ia criar mais um ou dois e a Câmara de Matosinhos era uma Câmara equivalente à da Maia. Em relação à intervenção da Senhora Deputada do PAN, sobre o impacto financeiro, aliás como outros Senhores Deputados, era difícil, não tendo sido feito esse exercício teórico. Como foi dito pelo Senhor Deputado Manuel Cristóvão Sá Pimenta era possível fazer modelações e hipóteses e o Senhor Chefe de Divisão dos Recursos Humanos fez uma modelação, tendo concluído que uma circunstância perfeitamente equacionável ou verosímil poderia traduzir um aumento no segundo semestre deste ano, num valor a rondar os sessenta e três mil euros. Isto queria dizer que no ano de dois mil e dezanove, daria um incremento de cento e vinte e seis mil euros. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia, reconheceu mérito e espaço de discussão e reflexão em algumas das questões levantadas, mas deu nota que este modelo era iminentemente orgânico e funcional. O funcionamento político e os pelouros faziam a calibração da estratégia política no Concelho. Assim, uma coisa não teria que bater rigorosamente certo com a outra e até era bom, e na sua modesta opinião e experiência como autarca, considerava ser bom a existência de um



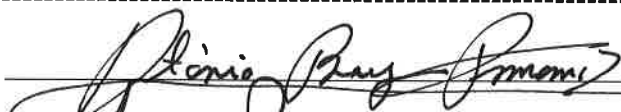
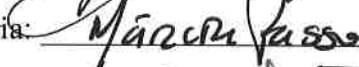
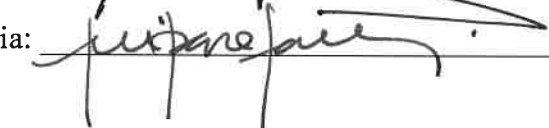
arejamento e haver vereadores com diversos espaços funcionais para interagir, para não ficarem fixados num Diretor, em dois ou três chefes de divisão. Era bom terem uma transversalidade em termos de interacção e isso estava, de alguma forma, refletido no modelo funcional apresentado. No entanto, tomou nota e quem saberia se numa próxima alteração, poder-se-ia aferir as preocupações e sugestões trazidas pelo Senhor Deputado da CDU. Relativamente à coadjuvação dos vereadores e do Presidente da Câmara Municipal deu nota que iria avaliar melhor. Quanto à audição dos trabalhadores - Dirigentes, Diretores de Departamento e Chefes de Divisão, informou que os mesmos foram ouvidos, tendo havido uma grande interacção com a equipa que desenvolveu este trabalho, sendo depois sistematizada desta forma e validada politicamente. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, no que dizia respeito à agregação do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude deu nota que hoje ele não era assim. Se consultassem o atual, havia de facto uma mutação, não tendo grande relevância. Houve uma junção da educação e ciência à cultura e o desenvolvimento social ao desporto e à juventude. Salientou que ambas estavam bem, iriam ver como funcionavam e estava convencido que as coisas também iriam funcionar bem ou até melhor. Deu ainda nota que o número de unidades, de equipas multidisciplinares e de projetos apresentados eram um número que pareceu à equipa que o propôs como um número admissível, não havendo nenhuma obrigação de nomear. Estas equipas não significavam um acréscimo salarial, criando incrementos motivacionais. Era criada uma equipa para analisar um determinado tema, citando como exemplo a transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, sendo criada uma equipa multidisciplinar para estudar esse assunto. Iria-se se buscar vários intervenientes de diversas áreas, sendo constituída uma equipa para esse efeito, dando-se um prazo ajustado para desenvolver o trabalho e também para cumprir o calendário que pudesse estar definido ano nível do próprio Governo e da Assembleia da República. Esta equipa multidisciplinar produzia uma reflexão e um trabalho que seria depois objeto de análise política e de validação. Isso criava uma estrutura devidamente organizada

mas não implicava custos acrescidos, implicando sim que a pessoa que fosse nomeada para coordenar essa equipa, se sentisse reconhecida. Uma organização como a Câmara Municipal da Maia vivia todos os dias destas questões e no trabalho de cada um vivia-se muito desta capacidade de criar as melhores condições de trabalho e de predisposição para a função. Em termos de balanço, com a Troika tinha havido uma redução para cerca de um terço e agora tinha somado menos de outro terço, tendo-se colocado a estrutura que em termos de diretor municipal não havia e foi criado um, havia quatro departamentos e agora foram criados seis. Deu nota que o comando da polícia municipal era equiparado a diretor de departamento e agora seriam seis departamentos mais um. Em termos de divisões havia trinta e quatro, antes da Troika, e agora tinha passado para vinte e duas. As unidades flexíveis do segundo e terceiro grau, com esta proposta, passariam para vinte e duas. Considerava que era uma proposta perfeitamente acertada, prudente e que tentava ajudar também todos os colaboradores, porque muita das vezes, percebiam que os mesmos viviam bastante pressionados, e as coisas caíam de uma forma avassaladora, ou eram os fundos comunitários, ou eram os fogos e as florestas, os prazos e hoje, como todos sabiam, havia um escrutínio muito maior por parte da Comunidade. A forma de comunicar era hoje também avassaladora. Os colaboradores do Município sentiam-se, muitas vezes, extremamente pressionados e não tinham força nem mental nem física para aguentar esta pressão, ficando com atestado médico, aumentando assim o absentismo. Isto não era saudável para nenhuma organização porque não estavam assim reunidas as condições para que a mesma pudesse caminhar e estar na vanguarda que era isso que era exigível.-----

----- Colocada à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com dezassete (17) votos contra da Coligação “Um Novo Começo”, BE e CDU e duas (2) abstenções do PAN e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas.**-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e **aprovada, por unanimidade**, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo onze horas e vinte e nove minutos do dia trinta de junho, foi dada por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, António Gonçalves Bragança Fernandes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, e pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael.-----

A Presidente: 
A 1.ª Secretária: 
A 2.ª Secretária: 

Sandra Martins

De: Presidente Assembleia Municipal da Maia [presidente.assembleia@cm-maia.pt]
Enviado: quinta-feira, 28 de junho de 2018 14:42
Para: m.joao.escobar@gmail.com
Cc: psfr310@gmail.com; Márcia Passos; filipa.c.rafael@gmail.com; sandra.martins@cm-maia.pt
Assunto: Pedido de Substituição assembleia extraordinária - sábado 10h

Exma. Senhora
Deputada Maria João Escobar



Na sequência do pedido de substituição da Deputada Carla Susana Ferreiras Dias, venho por este meio convocá-la (dado ser o elemento seguinte na lista do PS da Coligação "Um Novo Começo", para estar presente na 6ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, que se realiza no dia 30 de Junho, pelas 10.00, no Salão Nobre da Câmara Municipal

Mais informo que deverá entrar em contato com a Senhora Deputada Carla Susana Ferreira Dias, para esta lhe entregar toda a documentação referente à Reunião.

Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.
Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

Adelaide Azevedo



Praça Doutor José Vieira de Carvalho
4474-006 MAIA
Tel:229408756
mail: adelaide.azevedo@cm-maia.pt

De: Carla Dias [mailto:dias.kazukazu@gmail.com]
Enviada: 28 de junho de 2018 14:13
Para: Presidente Assembleia Municipal da Maia <presidente.assembleia@cm-maia.pt>; ps fr <psfr310@gmail.com>
Assunto: Pedido de Substituição assembleia extraordinária - sábado 10h

Exmos. Srs.:

Dado ter sido surpreendida com a assembleia extraordinária de sábado de manhã, venho por este meio informar que não poderei estar presente devido a um compromisso que não posso adiar, pelo que solicito a minha substituição.

Atenciosamente

Carla Susana Ferreira Dias

Sandra Martins

De: Presidente Assembleia Municipal da Maia [presidente.assembleia@cm-maia.pt]
Enviado: sexta-feira, 29 de junho de 2018 09:10
Para: flaviacaseira@gmail.com; psfr310@gmail.com
Cc: sandra.martins@cm-maia.pt; Márcia Passos; filipa.c.rafael@gmail.com
Assunto: Pedido de substituição para a assembleia extraordinária de 30/06/2018

Exma. Senhora
 Deputada Flávia Caseira

Na sequencia do pedido de substituição da Deputada Lúcia Leitão , venho por este meio convocá-la (dado ser o elemento seguinte na lista do JPP da Coligação "Um Novo Começo", para estar presente na 6ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, que se realiza no dia 30 de Junho, pelas 10.00, no Salão Nobre da Câmara Municipal Mais informo que deverá entrar em contato com a Senhora Deputada Lúcia Leitão, para que esta lhe entregue, toda a documentação referente à Reunião.

Caso não lhe seja possível, agradecia que informasse, esta Assembleia, o mais breve possível.
 Com os meus mais respeitosos cumprimentos.

Adelaide Azevedo



Praça Doutor José Vieira de Carvalho
 4474-006 MAIA
 Tel:229408756
 mail: adelaide.azevedo@cm-maia.pt

De: Lúcia Leitão [mailto:lucileitao@gmail.com]
Enviada: 28 de junho de 2018 23:14
Para: presidente.assembleia@cm-maia.pt
Assunto: Pedido de substituição para a assembleia extraordinária de 30/06/2018

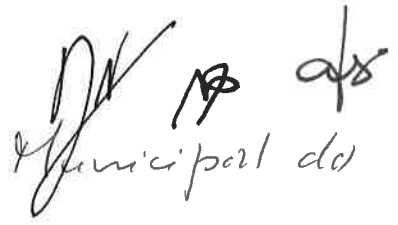
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

serve a presente para solicitar a substituição de Lúcia Leitão, deputada municipal pelo "Um Novo Começo", na assembleia extraordinária a ter lugar no dia 30 do corrente mês por impossibilidade de a mesma estar presente.

Melhores cumprimentos
 Lúcia Leitão

Exmo. Sr.:

Presidente da Assembleia Municipal do
Alcázar


28/6/2018

Por motivos de força maior não me é possível estar presente na 6.^a Sessão Extraordinária a realizar no próximo dia 30 de junho de 2018.

Por tal, peço para ser substituído nessa sessão

Com os melhores cumprimentos

Alcázar Mendes Almeida Rebelo Alcázar



Ponto 1 da 6ª Sessão Extraordinária de 30 de Junho 2018

ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA MAIA

Em reunião de líderes de 26/6/18 foi apresentada com urgência de até 30/6/18 em haver deliberação desta Assembleia sobre o assunto em título. Nessa reunião de líderes, face à exiguidade de informação distribuída, por exigência dos mesmos, o Executivo comprometeu-se a dar mais elementos complementares para melhor se entender o objectivo/alcance da mudança anunciada.

Mesmo depois dessa informação distribuída, após aturada análise, apesar do pouco tempo para a aprofundar, tendo em atenção a complexidade do assunto em questão, constatamos que os documentos carecem e muito de avaliação. Neste sentido, antecipadamente a esta Assembleia, deveria ter sido dado conhecimento de mais dados que permitissem no decorrer do espaço de tempo disponível, uma percepção consciente de todos, do que aqui se propõe.

Por exemplo:

- i) teria sido muito útil que tivesse sido entregue o mapa da anterior estrutura orgânica, para se poder estabelecer uma comparação entre os recursos alocados ;
- ii) também contribuiria para uma melhor decisão a divulgação, pormenorizada da estimativa das despesas com pessoal que acarreta a nova estrutura. E essa estimativa poderia ser perfeitamente apresentada em intervalos de valores. Intervalo que comportaria todo o conjunto de variáveis que o Município não controla;
- iii) Tivesse o Bloco de Esquerda acesso a mais informação poderia acrescentar valor ao debate que agora se faz, por que se entenda, a nossa postura irá sempre no sentido de dar contributos positivos e não corresponda a uma mera atitude e comportamento de estar contra, porque se é oposição.

Objetivamente há uma dificuldade da nossa parte em poder corroborar esta proposta, pelos constrangimentos elencados, dos quais não nos sentimos responsáveis.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda